



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14015 - SP (2021/0013900-3)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**REQUERENTE** : LUCIENE RAGGAZZO BOARIN  
**ADVOGADOS** : ROSA MARIA BARBEITOS - SP165227  
GABRIELLA NUDELIMAN VALDAMBRINI - SP262063  
**REQUERIDO** : UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO  
MÉDICO  
**ADVOGADO** : LUIZ FERNANDO BALSALOBRE PRADO - SP277935

### DECISÃO

Cuida-se de petição com pedido de tutela de urgência apresentada por LUCIENE RAGGAZZO BOARIN em que se requer a concessão de efeito suspensivo a recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da ação de obrigação de fazer nº 1006625-85.2017.8.26.0568 no qual se discute o pedido da requerente para acesso integral a rede médica da recorrida.

A requerente alega que, em sede de apelação, restou decidido que o contrato firmado entre a requerente e requerida fora celebrado com determinada parte segregada da cooperativa não sendo possível a exigência do cumprimento do referido contrato por cooperativa diversa, que utiliza a mesma marca.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

**PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. 1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental. 2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa**

rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.

3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."

5. **O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível.** 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, o requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, se atendo a defender tão somente a existência do perigo ao fato da inércia da recorrida em autorizar os exames da recorrente no hospital em que deseja ser tratada.

Destaque-se ainda o fato do julgado realizado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ter afastado a urgência para o caso tendo em vista se tratar de cirurgia eletiva conforme se observa pela ementa, senão vejamos:

*PLANO DE SAÚDE Procedimento cirúrgico para remoção de tumor mesodérmico maligno misto – Tratamento realizado no Hospital A.C. Camargo Câncer Center Cobertura indevida. Operadora ré, Unimed Leste Paulista, que presta cobertura regional e por meio de prestadores conveniados. Fato conhecido da autora, que mantém o plano há mais de 16 anos Nosocômio renomado, de alto custo, localizado na cidade de São Paulo, fora da região de atuação da operadora contratada Fato de o próprio hospital informar em sua página na internet que atendia o plano de saúde disponibilizado pela ré não é capaz de obrigá-la ao atendimento no local, quando não contemplado pelo contrato, o que ficou expressamente esclarecido Dever de informação e transparência respeitado .Necessidade de técnica oferecida somente por aquele nosocômio sequer alegada Hipótese de cirurgia eletiva. Urgência não caracterizada. Caso que não se enquadra na hipótese contratual de atendimento em trânsito, a justificar a cobertura por qualquer outra Unimed ou o pagamento de valores que seriam pagos aos prestadores da rede credenciada– Benefício da justiça gratuita deferido à autora revogado Comprovação de que*

*seus rendimentos são suficientes para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, levado em consideração as despesas tidas com a doença Valor da causa módico. Ação improcedente, com inversão dos ônus sucumbenciais. Determinação à autora para recolhimento das custas processuais, sob pena de inscrição na dívida ativa Apelo provido, com determinação (grifei).*

Ante o exposto, diante da ausência do periculum in mora, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência requerido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência